

Perspectivas sobre a distinção entre pensamento e linguagem¹

Perspectives on the distinction between thought and language

FERNANDO A. GRUMICKER²

Resumo: O presente artigo visa apontar duas idiosincrasias a respeito da distinção entre pensamento e linguagem. Sumariamente, iremos apontar tais posições como problemas que impedem a compreensão a respeito da natureza do pensamento e do seu papel linguístico. Os aspectos idiosincráticos, e encontram presentes de maneira dispersa em diversas áreas intelectuais, tais como na filosofia da linguagem, na lingüística cognitiva, e psicologia. O primeiro aspecto é a privacidade do pensamento. O segundo, diz respeito ao papel desempenhado com autoridade epistêmica no conhecimento direto a respeito de processos mentais.

Palavras-chave: Linguagem. Significado. Privado. Epistemologia.

Abstract: The present article aims to highlight two idiosyncrasies concerning the distinction between thought and language. Briefly, we shall identify these positions as problems that hinder understanding regarding the nature of thought and its linguistic role. These idiosyncratic aspects are dispersed across various intellectual domains, such as philosophy of language, cognitive linguistics, and psychology. The first aspect pertains to the privacy of thought. The second concerns the role played by epistemic authority in the direct knowledge of mental processes.

Keywords: Language. Meaning. Private. Epistemology.

A primeira idiosincrasia a respeito da distinção entre pensamento e linguagem é o da interioridade ou privacidade assente sobre o pensamento. A segunda, sobre a autoridade epistêmica concernente ao conhecimento dos processos mentais anteriores a uma proposição. Argumentamos que as posições que sustentam a distinção entre pensamento e linguagem se assentam nestes dois aspectos que, fundamentalmente, implicaram discussões bastante controversas

¹ O presente artigo surge de discussões a respeito de problemas contemporâneos na filosofia da linguagem no departamento de pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), no qual se discutiram posições filosóficas com Dr. Claudinei Aparecido de Freitas da Silva, sobre a influência das obras de Wittgenstein, Merleau-Ponty, e do recente interesse da comunidade acadêmica brasileira nos trabalhos de K. Goldstein.

² Graduação em filosofia (UNIOESTE) e Letras (FCV), mestrando do programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPG-Fil) da UNIOESTE. Membro do grupo de pesquisa *Lógica, Epistemologia e Filosofia da Linguagem*. E-mail: grumickerfernando@gmail.com.

na história intelectual³. O primeiro aspecto idiossincrático da questão pode ser resumido na pergunta de W. James: o pensamento se encontra completo no início ou no final de uma frase?⁴. Eis a nossa questão. O segundo aspecto pode ser compreendido em decorrência de tal questão, uma vez que o conhecimento sobre o significado permanece oculto e privado para terceiros.

Tal pergunta não será resolvida apenas com uma linha histórica pelo qual o problema adquiriu interpretações ao longo do tempo, embora uma atitude histórica nos auxilie em localizar as posições intelectuais, filosóficas e psicológicas, a respeito das origens do problema e das idiossincrasias que prevalecem nas distinções assentes em teorias que visam uma solução ao problema na história intelectual⁵.

O problema a respeito da distinção entre pensamento e linguagem também assenta a base de uma investigação empírica, e, portanto, científica, sobre a natureza do pensamento, de um lado, e da linguagem, por outro. Contudo, antes de abordar a questão de um naturalismo que repousa sobre o problema, devemos olhar, preliminarmente, para as idiossincrasias de uma tal distinção.

Interioridade ou privacidade da linguagem

³ Desde Platão o pensamento é concebido como *ideias* transcendentais, o que separa o pensamento da expressão. Santo Agostinho, de modo semelhante, elabora uma teoria em *Confissões*, conhecida como teoria ostensiva, que implica tal separação entre pensamento e a linguagem. Além de W. James distinguir pensamento e linguagem apontando para as intenções como formas de pensamento anteriores a uma proposição.

⁴ “(...) não existe nada em nossas mentes além do que nossas próprias palavras, assim que elas passam?” (JAMES, W. *Princípios de Psicologia*. In: *Textos Seleccionados*. Vol. XL. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 69).

⁵ Desde Platão a questão é assente, no diálogo *Crátilo* do autor, há uma pergunta a respeito da linguagem, que consiste no aspecto da relação, isto é, de como é possível que um nome possa se relacionar (representar) com um objeto real. O recurso, no diálogo, é demonstrar que os nomes possuem essências que se relacionam com o mundo. Um outro aspecto deste problema é tratado por Sto. Agostinho, em *Confissões* (*Livro I*), ao tratar dos nomes como sinais para objetos, e os nomes para sensações e emoções como maneiras de exprimir uma vontade interior. Uma visão similar é elaborada por Descartes, na filosofia moderna, no qual afirma em *Meditações Metafísicas* que a constituição do homem se dá em dois aspectos, o espírito e o corpo, do qual postula um dualismo de duas essências: mente e corpo. De modo geral, na noção cartesiana, o pensamento é uma propriedade da mente, enquanto a linguagem é uma ferramenta para o pensamento.

Nos conhecidos parágrafos sobre o *argumento da linguagem privada*⁶, em *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, a questão sobre a linguagem aparece em um diálogo cético, a respeito da privacidade do significado linguístico⁷. A posição que origina o problema se caracteriza pelo seu aspecto de interioridade, que destaca a privacidade, seja do significado de um termo em uma proposição, seja do pensamento que se encontra separado da proposição. Assim, a distinção entre o pensamento e linguagem se caracteriza pelo aspecto privado do pensamento anterior à proposição como um processo mental que condiciona a possibilidade de uma proposição ser expressa na linguagem. A efetividade da proposição expressa, portanto, apenas é possível pelo pensamento anterior que condiciona a linguagem, e assim, ocorre uma bifurcação entre pensamento privado e significado privado. Sobre este aspecto, a linguagem é uma ferramenta para o pensamento e o pensamento é uma propriedade da mente. Como questionamos a distinção? A posição admite um ceticismo para o significado na medida em que postula uma privacidade do significado, assim como, admite um ceticismo sobre o pensamento de terceiros na medida em que admite uma separação entre um pensamento não-linguístico anterior à expressão linguística.

157

O problema a respeito da privacidade assenta sobre a possibilidade de um pensamento na ausência da expressão, ou em outras palavras, da posição que admite a possibilidade de um pensamento sem linguagem. Tanto para Agostinho quanto para James, o pensamento é um processo mental anterior a uma proposição elaborada, anterior à fala (e se levarmos tal posição para um nível de interpretação mais radical, a posição admite que o pensamento é anterior à qualquer tipo de linguagem).

⁶ Os parágrafos iniciam em §243 de *Investigações Filosóficas*. Contudo, também presentes em Notes for Lectures on “Private Experience” and “Sense Data”. In: RHEES, R. *The Philosophical Review*, Vol. 77, N. 3, Jul, 1968, pp. 275-320.

⁷ O argumento possui diversas interpretações, tais como os de Kripke, Quine, Hacker, sobre a indeterminação e o paradoxo no seguimento de regras. Assim como interpretações que destacam uma refutação à teoria ostensiva. Contudo, destacarei apenas o papel da privacidade assente em posições que sustentam a distinção entre o pensamento e linguagem com o recurso da privacidade.

A pergunta feita por Wittgenstein retrata a questão: “pode-se pensar sem falar?”⁸. E aponta o caminho: “É pensar uma espécie de falar?”⁹ Há uma distinção entre ambas as questões. A primeira reside sobre a indagação da possibilidade de um pensamento sem linguagem, enquanto a segunda aponta para uma relação entre pensamento e linguagem. Se se admite um pensamento sem linguagem, então cabe uma outra indagação: o significado de um termo é uma característica do pensamento ou da linguagem? Se afirmarmos que é uma característica do pensar, nos inclinamos para a questão inicial colocada por James, uma vez que o sentido enquanto pensamento é anterior a uma proposição, mas com isso permanecemos com a questão indecida.

Se afirmamos que o significado é uma característica da linguagem, ainda devemos buscar uma posição que sustente racionalmente que o significado se enraíza na linguagem, ou seja, em frases, sentenças, termos e proposições, ou investigar se o significado é uma característica inerente aos termos (atômicos em uma proposição). Visto que James admite que o pensamento é anterior à linguagem, se o significado não for concebido como característica do pensamento, então o pensamento é, por isso, algo neutral, uma vez que ausente de significado, ele também é vazio de conteúdo.

Admitindo que o significado não é uma propriedade do pensamento, mas da linguagem, que repousam no uso, estamos inclinados com tal noção a concordar com as concepções de Wittgenstein e Quine, contudo, tal posição não é defendida apenas por autores da filosofia analítica das escolas de Cambridge e Oxford, como também no campo da fenomenologia¹⁰ e psicologia¹¹. A idiossincrasia de uma linguagem com significado privado, ou ainda, de um pensamento com um significado privado, remete para a noção russelliana do

⁸ *Investigações Filosóficas*, § 327, doravante IF.

⁹ IF, § 330.

¹⁰ Cf. MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

¹¹ Cf. GOLDSTEIN, K. El analisis de la afasia y el estudio de la esencia del lenguaje. In: *Psicología del Lenguaje*. Buenos Aires: Paidós, 1960.

significado causal psicológico¹². A idiosincrasia reside no aspecto de que o pensamento e o seu conteúdo são privados (ou seja, internos), em oposição ao público. Contudo, negar o aspecto privado do pensamento não significa negar que se possa pensar em silêncio. Se trata de um equívoco, ou seja, não queremos negar a interioridade, mas as categorias privadas que aparecem como *fantasmas na máquina*¹³. Afirmar que todo o pensamento é linguístico não apenas rejeita o dualismo em relação com o significado privado e o pensamento como um cenário interior não-linguístico, como também permite uma abordagem dinâmica que não padece dos problemas de um dualismo. Russell, contudo, parece estar certo em afirmar que uma proposição emitida pode acarretar uma imagem (mental) ao receptor. Porém, a imaginação que é concomitante com o significado de um termo da proposição ainda torna a questão não resolvida, ou seja: a proposição pode ser causa da imaginação do sujeito, mas não chamaremos de ‘pensamento não-linguístico’ uma imaginação.

A palavra “pensamento” admite uma polissemia. Precisamos, com isto, localizar as variedades dos sentidos semânticos de tal termo, assim como localizar tal conceito dentro dos jogos de linguagem. Segundo Wittgenstein, os jogos de linguagem sobre o interior e o exterior¹⁴ possuem relações bastante aproximadas. Como surge o interior enquanto um cenário privado é uma questão que, para Wittgenstein, poderá ser respondida metodologicamente através de uma busca de relações nos jogos de linguagem¹⁵.

¹² Na obra *The Analysis of Mind* (1921) de Russell, é postulado uma teoria do significado em que uma proposição na linguagem possui significado na medida em que repousa na imagem que a proposição evoca na mente de um sujeito, ou seja, uma teoria de um psicologismo do significado.

¹³ Ryle, ao elaborar tal negação, localiza o mito categorial em Descartes. Contudo, nega todo um cenário interior em detrimento de um cenário comportamental. Destacamos que a posição do behaviorismo se aproxima da posição de Wittgenstein, embora possuam diferenças significativas, principalmente, no modo pelo qual a privacidade é negada.

¹⁴ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. O interior e o exterior. In: *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

¹⁵ O jogo de linguagem da posse, por exemplo, pode sugerir uma metáfora para tais relações. S afirma que possui um objeto (exterior) sobre seu domínio, que lhe pertence. Analogamente, S poderá afirmar que possui uma ‘dor’ (ou emoção em seu interior) do mesmo modo que possui um objeto.

Para uma *visão panorâmica* da situação, devemos buscar uma separação entre a imaginação ausente de linguagem e um pensamento linguístico. É nesse último sentido de ‘pensamento’ que devemos nos debruçar, uma vez que a idiossincrasia de uma privacidade de um pensamento linguístico nada mais afirma que o significado da linguagem é um pensamento significativo privado e anterior à linguagem. Na esteira do pensamento privado, a linguagem é uma ferramenta para a expressão, assim, a conclusão não poderá ser outra senão a de James de que o pensamento já se encontra completo antes da expressão de uma sentença na linguagem. Contudo, o significado se identificado com a linguagem, indica que o pensamento sem linguagem é vazio de conteúdo¹⁶. Para a posição de uma privacidade do significado em um pensamento sem linguagem, permanece a figura fantasmagórica de um pensamento sem corpo e privado como mera possibilidade sem efetividade. A exclusão da distinção entre pensamento privado e linguagem, implica que o pensamento significativo é, tanto semanticamente quanto estruturalmente, pautado na linguagem¹⁷.

Contraponto à privacidade do significado

O contraste de uma divisão entre pensamento e linguagem que envolve a privacidade do significado, pressupõe que o significado é uma propriedade atribuída pela cognição humana em sentenças. Assim, o significado é inexistente na ausência de um *constructo* humano. Independentemente de um debate acerca do realismo ou idealismo que recaí sobre a questão, ainda, a privacidade de um pensamento com significado apenas poderá ser *linguística*, ou seja, a capacidade de nomear os objetos e a de construir e interpretar sentenças não é uma capacidade que possa ser destituída de um conteúdo¹⁸.

¹⁶ Para além da polissemia do termo “pensamento”, o sentido de “pensamento” que temos em conta aqui é o significativo e linguístico, que se distingue de uma “imaginação” não linguística, do “pensamento visual”, e assim por diante.

¹⁷ Tal perspectiva se aproxima da concepção de Vygotsky exposta em *Pensamento e Linguagem*.

¹⁸ Do mesmo modo como aponta Husserl a respeito da consciência, o pensamento não pode ser destituído de um conteúdo.

Tal problema de uma distinção pode ser apontado como uma certa confusão de uma outra distinção: a de *processos* mentais e *estados* mentais. Como demonstra Wittgenstein¹⁹, os processos mentais são características de expressões dos estados mentais, enquanto os estados mentais possuem uma *duração genuína*. Em outras palavras, o pensamento, concebido como uma linguagem, é um processo mental que se caracteriza pela expressão própria de um estado mental (dores, emoções, experiências com durações, etc.). Uma vez traçada tal distinção, a problemática a respeito de um pensamento sem linguagem poderá ser considerada por outra perspectiva, uma vez que um pensamento sem linguagem é vazio de significado. Ainda, os processos mentais como expressões características de estados mentais se direcionam para a consideração de que a imaginação, enquanto um significado não-linguístico, é um estado mental que possui durações correspondentes. Mas não acreditamos que o problema seja apenas uma falha conceitual entre tal distinção, de modo que deve haver uma outra razão, mais profunda, pela qual a crença de um pensamento privado e sem linguagem que não seja a *imaginação* se sustente.

A autoridade epistêmica da privacidade

O aspecto intrigante de uma autoridade epistêmica que leva para a sustentação de uma distinção entre pensamento e linguagem, diz respeito ao conhecimento *pessoal* dos próprios pensamentos (em um sujeito). Deste modo, um sujeito poderá afirmar que apenas ele possui o conhecimento a respeito do conteúdo do que se encontra pensando. Embora seja uma constatação trivial, cabe destacar que o significado (o conteúdo) do pensamento, apenas poderá ser descrito objetivamente através de uma descrição. Assim, perguntamos para um sujeito se ele sabe jogar xadrez, e por quanto tempo ele soube que sabia jogar xadrez. Constataremos que o sujeito sabe na medida em que conseguir demonstrar em uma partida do jogo o respectivo conhecimento que afirma, ao cabo que demonstrar que apenas o sujeito sabe sobre o conteúdo dos seus pensamentos não-linguísticos é uma questão que deve pressupor a linguagem

¹⁹ Em *Observações sobre a filosofia da psicologia*, primeira parte § 836.

para a expressão, que por sua vez podem ser descritas como experiência, imaginação, capacidades cognitivas e disposições. E uma vez que o jogo possui regras, a afirmação pessoal do sujeito sobre conhecer o jogo de xadrez significa que possui o domínio de uma técnica. Do mesmo modo, ser capaz de se comunicar significa dominar a técnica da linguagem. Assim, necessitamos verificar se a expressão ‘eu sei o que eu penso’ possui o mesmo estatuto que o domínio de uma técnica, isto é, a técnica de ler os próprios pensamentos. Contudo, a questão permanece mal colocada, uma vez que a afirmação expressa pelo sujeito “eu sei o que eu penso” não poderá ser significativa se não for possível de significado dado semanticamente, ou seja, em uma estrutura linguística (jogo de linguagem).

O domínio de uma técnica não significa que o conhecimento permaneça privado ao sujeito, uma vez que ele deve ser capaz de demonstrar publicamente a sua capacidade de acordo com regras igualmente conhecidas publicamente. A autoridade epistêmica a respeito da primeira pessoa, de seus conteúdos de pensamentos privados, também abre margem para o ceticismo a respeito do significado, na medida em que o conhecimento não seja compreendido como uma técnica publicamente demonstrável.

Caso se indague ao sujeito (que atribui aos seus pensamentos privados uma autoridade epistêmica) a questão: qual a base pela qual denomina os objetos da sua experiência? Apenas poderemos constatar que corresponde a um aprendizado da linguagem. Tal aprendizado envolve tanto critérios empíricos como uma demonstração no domínio público, caso contrário, não poderíamos julgar que toda a denominação do sujeito seja a *mesma* denominação que

realizamos publicamente²⁰. Se os critérios para a afirmação de uma autoridade epistêmica são empíricos, como é possível que o conteúdo dos pensamentos seja passível de interpretação privada? A separação entre pensamento e linguagem, exposta nestes aspectos, envolve a noção de uma

²⁰ Os conceitos de cores são empregados publicamente e objetivamente na linguagem, caso um significado seja privado, não apenas a expressão característica para os conceitos de cores seria ininteligível, como tampouco haveria um consenso, ou seja, uma “concordância nos juízos” em jogos de linguagem a respeito da nomeação de cores.

anterioridade dos pensamentos antes de sua *encarnação* na linguagem. Contudo, todo o pensamento é eminentemente linguístico, uma vez que o aprendizado da linguagem possui uma base empírica pautados em uma normatividade, de maneira que seria, não apenas enganoso, como também falso, a atribuição de uma autoridade epistêmica a respeito do conteúdo do pensamento na ausência da linguagem.

Podemos abordar tal questão da autoridade epistêmica segundo a posição de Hacker (1986, p. 272) ao problema presente no argumento da linguagem privada traçado por Wittgenstein. Hacker contesta o argumento a respeito do conhecimento pessoal [self-knowledge] dado de maneira privada e da autoridade epistêmica nele presente. Corresponde com este a distinção entre primeira e terceira pessoa, de modo que as expressões em primeira pessoa (crenças, conhecimento, certeza etc.) são tratados como operadores semânticos, ao cabo que as proposições em terceira pessoa são concebidas de acordo com um operador epistêmico. Tal distinção diz respeito aos seguintes aspectos: ao operador epistêmico cabe o valor de verdade da proposição, ao operador semântico cabe o significado da proposição/expressão. Deste modo, a expressão em primeira pessoa (“eu sei o que eu estou pensando”, “eu tenho uma dor”, “eu acredito que p” etc.) não são constatações do mesmo modo em que a descrição em terceira pessoa, que corresponde com uma observação, uma vez que o sentido da expressão em primeira pessoa apenas poderá ser compreendido de acordo com a semântica de uma linguagem. Mas falta ao operador epistêmico os valores de verdade possíveis de atribuição segundo critérios objetivos para a expressão que imputa um conhecimento pessoal a respeito do conteúdo do pensamento de modo privado (na primeira pessoa). Assim, as expressões “eu sei o que eu estou pensando”, “eu acredito que p”, poderão ser substituídas pelo impessoal sem prejuízos, uma vez que a expressão no impessoal “eu acredito que p”, poderá ser a expressão de (simplesmente) “p”, do mesmo modo, “eu sei o que eu estou pensando”, poderá ser substituída pelo conteúdo correspondente ao pensamento.

A tese dos operadores epistêmicos se baseia na asserção de que as expressões em primeira pessoa apenas poderiam possuir valor de verdade na medida em que fossem tratadas, ou concebidas, como constatações, o que não

parece correto do ponto de vista de Wittgenstein, uma vez que os conteúdos de uma afirmação pessoal (em primeira pessoa) não são descrições, já que descrições apenas são possíveis na terceira pessoa.

Nestes aspectos, toda a expressão pessoal que imputa conhecimento a respeito dos pensamentos privados, não são constatações (ou seja, observar um objeto é diferente de ‘observar’ um pensamento). As expressões em primeira pessoa, deste modo, não possuem valor de verdade e não dizem respeito ao conhecimento, uma vez que para a imputação de conhecimento a proposição deve possuir valores de verdade, que permanece indecيدido na primeira pessoa no modo privado em que é colocada. Do mesmo modo, tal argumento corresponde com a impossibilidade do conhecimento pessoal no sentido da autoridade epistêmica. Contudo, segundo o operador semântico, a expressão possui um sentido, uma vez que o critério para a expressão é empírico e baseado no aprendizado de jogos de linguagem com regras semânticas estabelecidas por comunidades de falantes, neste aspecto, as expressões pessoais de dor (‘eu tenho uma dor’) podem ser interpretadas como uma substituição de expressões primitivas de dor, isto é, as expressões características de estados mentais.

A imputação de autoridade epistêmica implícita nas expressões de conhecimento a respeito do conteúdo do pensamento sem linguagem é baseada na idiosincrasia de tratar as expressões em primeira pessoa, características dos estados mentais, como um cenário privado adquirido sem o recurso da experiência e de *formas de vida* (culturalmente).

Assim, podemos tratar das confissões em primeira pessoa, não como proposições com valor de verdade, mas como expressões não-epistêmicas²¹, pois se trata de expressões que possuem uma base primitiva com características possíveis de observações comportamental. A base de Hacker para a tese não-epistêmica ao caso das expressões de verbos psicológicos em primeira pessoa, e de um conhecimento privado, reside na sua concepção de que se pode separar a

²¹ A certeza de um pensamento anterior à linguagem que justifica a distinção exige uma metodologia com recursos conceituais que responda para uma impossibilidade ou justifique a possibilidade.

imputação de conhecimento de uma expressão dos casos de domínio de uma técnica demonstrável publicamente.

Consideração ao problema

Uma vez que se aceite a tese não-epistêmica para os casos de expressões em primeira pessoa, compreende-se com ela que as expressões pessoais não possuem o mesmo estatuto de conhecimento que as descrições públicas em terceira pessoa. De modo que um pensamento com um significado privado, anterior à linguagem, não poderá ser concebido como uma constatação de conhecimento, uma vez que o conhecimento reside no domínio de uma técnica. Assim também, a autoridade epistêmica a respeito do conhecimento do próprio sujeito e do conteúdo de um pensamento não-linguístico, e do seu respectivo significado privado, não poderá ser concebida como uma constatação de conhecimento, mas como uma expressão característica que pode ser expressa no impessoal (e em seus respectivos conteúdos linguísticos inteligível publicamente).

A distinção entre pensamento e linguagem provocada pela idiosincrasia da privacidade do significado não pode ser respondida no mesmo cenário em que é elaborada, ou seja, na certeza de um pensamento anterior à linguagem que condiciona todas as estruturas linguísticas, uma vez que para a elaboração de uma proposição, o respectivo significado privado exige critérios de inteligibilidade empíricos, ou seja, uma objetividade da linguagem exige um aprendizado tanto ostensivo (modelos e exemplares) quanto coletivo. Ao mesmo tempo, a distinção entre pensamento e linguagem postula um dualismo de categorias que são entendidas como distintas, e a prova da possibilidade de um pensamento não-linguístico ser causa da linguagem permanece indecidedo.

Com o recurso de uma análise de relações entre jogos de linguagem com verbos psicológicos, é possível uma abordagem mais ampla que dissolva o problema da privacidade juntamente com o da autoridade epistêmica. E embora a investigação positiva e naturalista possa fornecer ferramentas para uma abordagem comportamental e fisiológica, não fornece as analogias e distinções,

necessárias para a abordagem²² que rejeite a tese de um pensamento sem linguagem nos moldes em que ela é colocada, ou seja, na forma de categorias distintas e indubitável.

Referências

- AGOSTINHO. *Confissões; De magistro*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- HACKER, P. M. S. *Insight and illusion: themes in the philosophy of Wittgenstein*. Oxford: Clarendon Press, 1986.
- JAMES, W. “Princípios de Psicologia”. In: *Textos Seleccionados*. Vol. XL. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- JAMES, W. “Pragmatismo”. In: *Textos Seleccionados*. Vol. XL. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PLATÃO. *Teeteto-Crátilo*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.
- RYLE, G. *El concepto de lo mental*. Barcelona: Paidós, 2005.
- RUSSELL, B. *The analysis of mind*. New York: Routledge, 2023.
- VYGOTSKY, L. S. *Pensée et langage*. Paris: Messidor: Editions Sociales, 1985.
- WITTGENSTEIN, L. Notes for Lectures on “Private Experience” and “Sense Data”. In: RHEES, R. *The Philosophical Review*, Vol. 77, n. 3, Jul, 1968, pp. 275-320.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- WITTGENSTEIN, L. *Observações sobre a filosofia da psicologia*. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.
- WITTGENSTEIN, L. *Últimos escritos sobre a filosofia da psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

Submissão: 15. 12. 2024

/

Aceite: 10. 01. 2025

²² É neste sentido que encontramos em Wittgenstein e na filosofia contemporânea uma perspectiva metodológica.